

A guerra contra o Paraguai em debate



Por **RODRIGO RICUPERO***

Comentário sobre o livro de Ronald León Núñez

A guerra da chamada Tríplice Aliança – Brasil, Argentina, Uruguai – contra o Paraguai entre 1864 e 1870 foi, sem dúvida, o principal confronto bélico da história da América do Sul, tanto pela intensidade do conflito, que culminou com a destruição da nação derrotada e com um verdadeiro genocídio de sua população, como por colocar em choque dois modelos distintos de desenvolvimento adotados então pelos países envolvidos.

Um evento de tal magnitude não poderia deixar de gerar uma série de interpretações extremas. A partir do discurso oficial dos Estados aliados contra o Paraguai se construiu, em primeiro lugar, uma verdadeira história dos vencedores, nacionalista e liberal. Tal visão apresentava a guerra como o choque entre a “civilização” da Tríplice Aliança e a “barbárie” paraguaia, procurando, assim, imputar a culpa do conflito ao próprio Paraguai e às opções tomadas pelo seu governo.

Ao mesmo tempo, essa narrativa isentava os governos, em especial, o do Brasil e o da Argentina, incluído o da Inglaterra, potência colonialista hegemônica na época, de qualquer responsabilidade, chegando mesmo a atribuir o massacre do povo paraguaio não aos exércitos invasores, mas à tenacidade heroica da resistência popular.

Em contraponto a essa visão, que, diga-se de passagem, continua sendo defendida até os dias de hoje, ainda que com variações, inclusive nos meios acadêmicos, se conformou uma outra linha interpretativa, defendida tanto por setores nacionalistas paraguaios, como por parte de correntes da esquerda populista e desenvolvimentista que, ao mesmo tempo que destacavam, corretamente, a questão do genocídio do povo paraguaio e a participação da Inglaterra, enalteciam os governantes paraguaios, construindo o mito do “Paraguai potência”, cujo desenvolvimento autônomo, às vezes qualificado até de “protosocialista”, ameaçaria o projeto de dominação da região pela Inglaterra, apresentada como a principal responsável pelo conflito, a ponto de minimizar, mesmo que implicitamente, a responsabilidade dos governos brasileiro e argentino.

É, portanto, neste debate que Ronald León Núñez procura intervir, sem esconder-se em uma fictícia neutralidade, mas a partir de um posicionamento engajado. Utilizando com rigor o método de análise marxista, o autor procura acertar contas tanto, em primeiro lugar, com os defensores da “história dos vencedores”, como com aqueles autores, que na justa defesa do lado paraguaio, acabaram por criar uma interpretação equivocada da realidade, seja sobre o projeto de desenvolvimento do país, seja sobre seus governantes.

Para tanto, Ronald León Núñez, como hábil historiador, reconstrói a história do Paraguai a partir da colonização espanhola da região, passando pela independência e pela análise dos governos do período anterior ao início da guerra, para, na conclusão, tratar da guerra propriamente. Afinal, para dar conta de todas as questões em debate, era preciso construir uma análise de “longa duração” da história regional. Nesse processo, ponto alto do livro e de grande interesse historiográfico, o autor desenvolve uma tese: a guerra do Paraguai seria a conclusão do processo aberto com a crise do

Antigo sistema colonial.

Articulando o processo regional com a história global, Ronald León Núñez demonstra que a luta pela independência não era apenas – pela negação – a luta contra a Espanha, a antiga metrópole, e seus defensores, mas também – pela afirmação – a luta entre diversos projetos de organização das novas nações, baseados em interesses e setores sociais diversos, envolvendo também projetos externos, notadamente no caso da Inglaterra e de Portugal (cuja corte então estava sediada no Rio de Janeiro).

Como se verá, a história do Paraguai é indissociável da história da região do Rio da Prata e de sua articulação com o mercado mundial, sentido fundamental do processo de colonização da América. Com o colapso da velha metrópole e de sua monarquia capturada pelas tropas de Napoleão Bonaparte, abre-se a crise do colonialismo e novos projetos de organização política e econômica entram cena para organizar o espaço colonial, culminando na criação das novas nações latino-americanas.

No caso da região do Rio da Prata, a chave era o controle do porto ou, em outras palavras, qual seria o porto que cumpriria o papel de “interiorizar” a metrópole, subordinando as demais áreas aos interesses dos grupos mercantis ali estabelecidos, articulados com o aparato governamental e associados, como sócios menores, aos interesses das potências europeias, notadamente na época a Inglaterra.

Nesse sentido, o projeto do setor das classes possuidoras que controlava Buenos Aires era configurar a nova nação a partir dos marcos territoriais do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, sob a sua hegemonia, mas para tanto seria preciso derrotar outros projetos de organização da nova nação.

A vitória do projeto centralizador, contudo, seria demorada e incompleta. Buenos Aires conseguiu impor seu domínio apenas a uma parte do vice-reinado, derrotando outros projetos “federalistas”. Pode-se dizer que, ao perseguir esse objetivo, centrado nos próprios interesses materiais, o grupo que conduziu o processo contribuiu para a independência do Uruguai e do Paraguai, áreas que não puderam dominar.

No caso do Paraguai, a retaliação portenha foi não apenas o não reconhecimento da independência, mas também um feroz bloqueio econômico, apoiado no controle da foz do Rio da Prata. Não vencendo um modelo federalista na região, o governo paraguaio conduz o país para a independência e, em virtude do bloqueio portenho, que atingia fundamentalmente o setor voltado ao mercado externo, passa a desenvolver outro modelo de desenvolvimento, autônomo e em um primeiro momento centrado no mercado interno.

As dificuldades de imposição do processo centralizador, a partir de Buenos Aires, obrigaram ao reconhecimento da independência do Paraguai, até então tido como “província rebelde”, em 1852, reabrindo o comércio externo paraguaio, especialmente da erva-mate. O “boom” comercial daquele momento favoreceu os setores burgueses articulados com a família Lopes, que se apropriavam das vantagens do controle do Estado, usufruindo assim dos monopólios estatais, mas sem desmontar completamente modelo de desenvolvimento, estatista e protecionista, que se conformara nas décadas anteriores.

A nova situação, contudo, viria a exacerbar as tensões, seja com a ação de potências externas, como Inglaterra e EUA, ou regionais como o Brasil, que com a sua “diplomacia das canhoneiras” procuravam impor seus interesses ou de seus súditos. O modelo autônomo, com seus monopólios estatais, a questão das fronteiras e o controle da navegação fluvial eram pontos de tensão com os grandes vizinhos, Brasil e Argentina, que procuravam impor uma subordinação ao Paraguai. Nesse contexto, a guerra civil no Uruguai, com a intervenção do Império do Brasil e do governo liderado por Mitre em favor dos “colorados”, e o posicionamento de Solano López a favor dos “brancos”, daria o pretexto para o início das hostilidades, com a formação da Tríplice Aliança, que, contudo, já vinha sendo articulada desde os anos anteriores.

A derrota paraguaia na guerra em 1870 fecharia, dessa forma, o período iniciado em 1813 com a Proclamação da

Independência do país. Impunha-se assim, de fora para dentro, o modelo de desenvolvimento subordinado às potências centrais, com o reinado do livre-câmbio, empréstimos externos e concessões para empresas estrangeiras, ao mesmo tempo em que os limites territoriais, entre outras obrigações, eram impostos pelos vencedores. A rivalidade entre o Brasil e a Argentina impediria, contudo, a extinção completa do Paraguai e sua incorporação à Argentina como província, um velho projeto portenho.

Outro aspecto fundamental da obra é que o autor não subordina os resultados de sua pesquisa a uma determinada política, escapando dos erros da historiografia de esquerda vinculada, em maior ou menor medida, aos partidos stalinistas. Esta corrente na defesa da política de subordinação da classe trabalhadora aos interesses de uma “mítica” revolução burguesa, acabou reconstruindo a história latino-americana em busca de uma “burguesia nacional”, que estaria disposta a enfrentar o imperialismo e os interesses dos setores reacionários internos, notadamente o latifúndio.

Se tal orientação produziu no campo historiográfico erros grotescos, na disputa política concreta produziu e continua produzindo até hoje as maiores derrotas para a classe trabalhadora e para os demais setores explorados da população, beneficiando assim os setores burgueses “nacionais”, sócios menores do grande capital internacional, e justificando até mesmo a exploração das nações mais oprimidas do continente pelas suas próprias burguesias.

O livro de Ronald León Núñez, à disposição do público brasileiro, em tradução para o português, é sob qualquer ponto de vista um livro excepcional, contribuindo de forma decisiva tanto para a história do Paraguai e da região platina, como para a construção de uma nova historiografia marxista.

***Rodrigo Ricupero** é professor do Departamento de História da USP. Autor do livro *A formação da elite colonial* (Almedina).

Referência

Ronald León Nuñez. *A guerra contra o Paraguai em debate*. Tradução: Débora Manzano. São Paulo, Sundermann, 2021, 472 págs. [<https://amzn.to/47psB8j>]

Ronald León Núñez

A GUERRA contra o PARAGUAI em debate



A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)